

Revista

PSDB Brasileiras



Número 2 - Dez. 2019



CECÍLIA OTTO, IRAE LUCENA E SEBATIANA AZEVEDO:

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA DA PAZ: JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

LÊDA TÂMEGA E LUZIA COPPI:

REFORMA POLÍTICA: EM DEFESA DO PARLAMENTARISMO

LÊDA TÂMEGA:

DIRETRIZES DOUTRINÁRIAS

EDNA MARTINS:

SAÚDE DA MULHER

PSDB Mulher Nacional.
PSDB Brasileiras/ PSDB Mulher. – Brasília, 2019.
20 páginas.

CRÉDITOS DA PUBLICAÇÃO:

Editora: Adriana Vasconcelos/ AV Comunicação Multimídia Ltda
Edição e Formatação: Izys Moreira e Verônica Nunes
Fotos: Arquivo do PSDB-Mulher Nacional
Revisão: Renata Giraldi e Shirley Loiola CDU- XXX.XX

Proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, sem permissão expressa dos autores. (Artigo 184 do Código Penal Brasileiro, com a nova redação dada pela Lei n.º 8.635, de 16-03-1993).

Sumário

Carta da Presidente do PSDB-Mulher Nacional - A construção da Carta Programática para as Eleições de 2020 Yeda Crusius	4
Carta da Editora - Uma maioria decidida e organizada! Adriana Vasconcelos	6
Diretrizes Doutrinárias Lêda Tâmega	8
Relações Internacionais e Política da Paz: Justiça e Instituições Eficazes Cecília Otto, Irae Lucena e Sebatiana Azevedo	12
Reforma Política: Em defesa do Parlamentarismo Lêda Tâmega e Luzia Coppi	15
Saúde da Mulher Edna Martins	18

Carta da Presidente do PSDB - Mulher Nacional

A construção da Carta Programática do PSDB-Mulher

Yeda Crusius - ex-governadora do RS e ex-ministra do Governo Itamar Franco, deputada federal em quatro legislaturas.



Este segundo número da *Revista PSDB Brasileiras/PSDB-Mulher* traz contribuições que preparam para a elaboração da nossa Carta Programática 2020, guia para as próximas eleições municipais. Para isso selecionamos alguns dos 17 temas que dão base e sustentação à referida Carta, dando continuidade à História do PSDB que faz da prática política responsável a conexão entre Liberdade e Desenvolvimento.

Amartya Sen nos deu através de seus livros seminiais *Desenvolvimento como Liberdade* (2010) e *A Ideia de Justiça* (2011) o caminho para a transformação das sociedades modernas em sociedades menos violentas, mais desenvolvidas e mais justas. Recentemente, seguidores das ideias e práticas de Amartya Sen receberam o Prêmio Nobel de Economia de 2019: Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Michael Kremer por desenvolverem métodos que permitem ações mais eficazes para melhorar

a saúde infantil e o desempenho escolar.

Isso é desenvolvimento. No Brasil o PSDB nasceu em 1988, durante a Constituinte, do movimento que permitiu dar fim ao Estado Autoritário implantando o Estado Democrático de Direito. Logo após, enfrentando os desafios com o fim da Guerra Fria, acabamos com a inflação e fizemos a inserção democrática ao mundo em globalização nos governos de FHC. Como promotores da sociedade do bem-estar, honrando os direitos reconhecidos na Constituição de 1988, e com o objetivo de enfrentar a pobreza e a miséria fazendo a inserção das pessoas aos serviços sociais básicos, criamos: a Rede de Proteção Social, programas de acesso à terra (Reforma Agrária e PRONAF), a bolsa-escola para a inclusão das crianças à educação básica, implantamos o SUS na saúde, dentre muitas outras inovações – todas sintonizadas com a agenda do bem-estar e da paz.

Conectadas com os desafios de nosso tempo, nós do PSDB Mulher reafirmamos nosso compromisso de trabalhar para o Desenvolvimento, como Amartya Sen e Ruth Cardoso nos ensinaram. O compromisso hoje é transformar o “direito de todos os direitos” - que é o *direito ao desenvolvimento*, em realidade concreta que se possa avaliar – e para isso propondo políticas integradas e eficientes para fazer da ação política um instrumento de Liberdade, da liberdade da escolha, do respeito aos direitos, sempre em evolução.

Para isso, acompanhamos o compromisso firmado pelo Brasil na Agenda 2030 da ONU, com seus 17 objetivos para o Desenvolvimento

“ Nosso compromisso hoje é transformar o direito ao desenvolvimento em realidade concreta

”



Fotos: Seminário de Capacitação SP - Crédito Junior Sá

to Sustentável (ODS), que não separa o resultado econômico do social. Caminham juntos. Integrados.

A Agenda 2030 para o período de 2016 a 2030, dá sequência à Agenda 21 da ONU, pacto que definiu objetivos, metas e avaliação para o período de 2000 a 2015 para todos os países signatários – inclusive o Brasil. Com o aprendizado da Agenda 21, a Agenda 2030 inclui a vital participação de novos atores no pacto pelo desenvolvimento: entidades subnacionais (municípios e estados), que se somam aos governos nacionais e às entidades do Terceiro Setor para dar eficiência local às políticas públicas. O reconhecimento da importância do poder local na aplicação eficiente de políticas públicas, que custam, nos leva

a 2020 com os desafios do presente – e à nossa Carta Programática PSDB-Mulher/2020.

Fiel à opção de participar na formulação e na prática de políticas públicas a partir da ação política, e na esteira dos ensinamentos e das práticas do PSDB tão bem legados por Ruth Cardoso e sua Comunidade Solidária, aqui apresentamos políticas integradas para que possam ser mais eficazes na inclusão do maior número de brasileiros nos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS).

A série que iniciamos na oportunidade da realização do Congresso Partidário do PSDB de dezembro de 2019 – ver a Revista número 1, espera contar com sua opinião e participação nas suas edições para 2020.

Saudações tucanas!

Carta da Editora

Uma maioria decidida e organizada!

Adriana Vasconcelos - jornalista há 32 anos, especialista em política, com passagens pelo Correio Braziliense, Gazeta Mercantil e O GLOBO. Acompanhou as últimas 7 eleições presidenciais. Coordenou a Comunicação do PSDB Nacional por 7 anos e há 3 sua empresa AV Comunicação Multimídia presta consultoria e assessoria ao PSDB-Mulher.



As mulheres representam 51,7% da população brasileira e 52,21% dos eleitores do país. Diante desta realidade atestada pelo IBGE e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o **PSDB-Mulher Nacional** decidiu incluir em sua **Carta Programática**, que deverá orientar as candidaturas tucanas nas eleições de 2020, o compromisso com a paridade de gênero na política.

Aliás, esse foi o tema abordado pela nova diretora-geral da Fundo Monetário Internacional, **Kristalina Georgieva**, ao comandar a primeira reunião oficial no cargo. E conclamou mulheres do mundo todo a não aceitarem ganhar menos do que homens no desempenho de funções equivalentes.

É bom que fique claro que esse é um tema que há muito deixou de ser pauta apenas de movimentos feministas. O relatório "Mulheres na Gestão Empresarial: Argumentos para uma mudança" da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado em maio deste ano, confirma que empresas com mais mulheres em postos de liderança têm melhor desempenho nos negócios. E isso acontece também no Brasil.

A **II Edição da Revista PSDB Brasileiras** é fruto de uma nova rodada de debates promovida pelo PSDB-Mulher Nacional e aborda mais 4 dos 17 temas que deverão constar da Carta Programática, entre eles o da paridade.

Uma preocupação da presidente do PSDB-Mulher Nacional, **Yeda Crusius**, foi garantir a

participação de representantes das 5 regiões, que pudessem refletir na Carta Programática do segmento a diferença de realidades de um país continental. Entre elas, as coordenadoras regionais: **Sebastiana Azevedo (RJ)**, **Cecília Otto (AM)** e **Iraê Lucena (PB)**. Representando a região Sul, a ex-prefeita e atual Coordenadora Jurídica do PSDB-Mulher Nacional, **Luzia Coppi (SC)**.

Para completar o time de redatoras da Carta Programática, foram convidadas a participar: **Fátima Guimarães** (Coordenadora de Formação e Cidadania do PSDB-Mulher Nacional), **Edna Martins** (2ª Vice-presidente do PSDB-Mulher Nacional e Presidente do PSDB-Mulher de SP), **Adriana Toledo** (Coordenadora de Representantes do Executivo do PSDB-Mulher Nacional) e **Thelma de Oliveira** (1ª Vice-presidente do PSDB-Mulher Nacional e prefeita da Chapada Guimarães - MT).

A defesa do Parlamentarismo, bandeira histórica que consta do Manifesto que criou o PSDB, também está na lista de prioridades do PSDB-Mulher, assim como a Cultura da Paz, sobretudo diante de um ambiente tão polarizado que enfrentamos hoje.

Mas que fique claro que o objetivo das tucanas não é tomar o lugar dos homens, mas mudar o mundo. "A questão não é que as mulheres simplesmente tirem o poder das mãos dos homens, já que isso não mudaria nada no mundo. É uma questão precisamen-

te de destruir essa noção de poder", como bem pontuou filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir.

Nesta Edição, também publicamos a "Carta do PSDB-Mulher ao IV Congresso Nacional do PSDB", redigida pela consultora especial do PSDB-Mulher Nacional, **Lêga Tâmega**, que conseguiu traduzir com precisão do sentimento das tucanas em meio à crise enfrentada por toda a classe política.

Boa leitura!



Diretrizes Doutrinárias

Confira o que o PSDB-Mulher defende!

Desde o último dia 11 de outubro, o PSDB-Mulher vem preparando suas teses guias para o IV Congresso Partidário do PSDB. O primeiro tema escolhido foi sobre Diretrizes Doutrinárias para as tucanas se fazerem ouvir em pé de igualdade com as demais vozes da direção nacional do PSDB.

O texto redigido pela consultora especial do PSDB-Mulher Nacional, Lêda Tâmega, destaca que, já em 1988, os idealizadores do

Manifesto de criação da legenda já se preocupavam com a questão da igualdade e a destacavam entre as teses que alinharam naquele documento histórico:

“Lutar pela efetiva igualdade dos direitos e deveres do homem e da mulher nos campos econômico, político e social e contra todas as formas de discriminação”.

Segue a íntegra da 1ª tese guia do PSDB-Mulher:

“

Só o olhar diferenciado muda a realidade. É com a unidade que devemos nos guiar. Sem união, não muda nada, não se constrói nada e o caminho é o da estagnação.

Angela Sarquiz, militante do PSDB desde 1994, uma das fundadoras e presidente de Honra do PSDB-Mulher RS.

”



Foto: Denis William

Carta do PSDB-Mulher ao IV Congresso Nacional do PSDB

Lêda Tâmega - Consultora Política do PSDB-Mulher Nacional

É com grande expectativa que o PSDB-Mulher inicia, hoje (11 de outubro de 2019), as discussões para definir uma pauta, que será apresentada ao plenário do IV Congresso Nacional do partido. Essa é uma iniciativa inédita, uma vez que, em nenhum dos congressos anteriores o PSDB-Mulher tinha, no seio do partido, o status que, só depois de muitas lutas, conquistou, graças a notáveis vitórias nas leis, como consta do nosso Tema 3 Panorama Legal nos Tribunais, e nas urnas, quando conquistou a maior bancada de deputadas federais dentre todos os partidos políticos nas eleições de 2018.

Nessas condições, o PSDB-Mulher se faz ouvir em pé de igualdade com as demais vozes da direção nacional do PSDB. Aliás, é oportuno destacar aqui que, já em 1988, os idealizadores do nosso Manifesto se preocupavam com a questão da igualdade e a destacavam entre as teses que alinharam naquele documento histórico:

“Lutar pela efetiva igualdade dos direitos e deveres do homem e da mulher nos campos econômico, político e social e contra todas as formas de discriminação”.

Hoje, o nosso partido sabe que é necessário buscar segurança e confiança interna para bem basear suas escolhas, e reconquistar a confiança do povo. O quadro está confuso, não se enxerga um caminho para a convergência, o diálogo, que permita o entendimento. Há muitas questões a levantar e dúvidas a dirimir no que tange às intenções manifestadas e aos propósitos de se criar um pretenso NOVO PSDB, em meio a esse

ambiente de incertezas.

Na verdade, diante de todos esses murmúrios e frases soltas sobre o nosso amanhã, que põem em guarda a militância ressabiada, a pergunta que não quer calar e exige uma resposta clara é: Que partido será esse? Qual é o seu ideário? O PSDB vai deixar de ser socialdemocrata? Vai abandonar sua identidade que defende o bem comum e uma sociedade do bem-estar e seu compromisso com a justiça social para se jogar nos braços do mercado de corpo e alma? Vai aposentar a sua bandeira do parlamentarismo, joia do seu Manifesto de Fundação? E ainda, com que argumentos vamos defender os significativos avanços alcançados pela gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de centenas de prefeitos, governadores e parlamentares que, seguindo nosso Programa Partidário, e que mudaram radicalmente o quadro socioeconômico do país, se, de repente, dermos uma guinada à direita? Estamos realmente num impasse para encontrar respostas que deem segurança às bases, especialmente à velha guarda.

A convocação do Congresso Partidário de dezembro de 2019 é uma imensa janela de oportunidade para seguirmos com clareza e espírito democrático o Art. 159 do Estatuto que diz “O Partido realizará periodicamente congressos municipais, estaduais e nacional para analisar, discutir e deliberar sobre sua atuação e luta políticas, atualização do Programa, e questões estaduais e municipais, bem como sobre as formas de organização e funcionamento partidário (...)”.



Tucanas e Democracia.
Foto: PSDB-Mulher Nacional

Também muito oportuno é lembrar ao PSDB como um todo um trecho da memorável Declaração Política do partido, de 2001, coordenada pelo não menos memorável e saudoso Alberto Goldman:

Produto da confluência dessas três vertentes do pensamento político contemporâneo(), o Partido da Social Democracia Brasileira continua unido por uma história comum e sob a bandeira da democracia como valor universal – da democracia como terreno de luta ela superação das desigualdades e pela construção de uma sociedade laica, igualitária, pluralista, solidária, que deverá ser o legado – de significação mundial – do povo brasileiro ao novo século.*

É essa opção radical pela democracia que nos fornece norte e destino. Programática e praticamente “recusamos tanto o populismo como o autoritarismo, tanto o fundamentalismo neoliberal como o nacional-estatismo atrasado”. Como diz o Manifesto de Fundação:

Diferentemente dos populistas de ontem e de hoje, entendemos que a preocupação com uma distribuição justa da renda e da riqueza exige definição clara das prioridades das políticas públicas e estímulo à eficiência na produção, sem o que não há medidas distributivas que se sustentem. Diferentemente dos autoritários, afirmamos que as reformas desejadas não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil.

Recolhendo a herança democrática do liberalismo, não partilhamos com os liberais con-

servadores a crença cega no automatismo das forças do mercado. Nem pretendemos, como eles, tolher a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar, e desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da democracia ou pela vocação cartorial de grupos privados. Por isso, na concepção de democracia do PSDB, a racionalidade da relação entre os fins desejados pela sociedade e os meios disponíveis requer transparência da informação e participação ampla dos cidadãos nas decisões sobre as políticas públicas.

Mais de dez anos depois não há o que tirar nem pôr nessa formulação. Ela não só continuar substancialmente válida como fornece uma sólida diretriz, capaz de orientar a ação política diante das profundas e complexas transformações mundiais e nacionais. Se é possível dizer que o programa de fundação do partido envelheceu em alguns aspectos, não se pode dizer a mesma coisa dos princípios que o norteiam, dos objetivos gerais que o partido se propôs a atingir.

Dezoito anos depois, o PSDB-Mulher pode dizer a mesma coisa: “não há o que tirar nem pôr nessa formulação”. A essência do programa expresso no Manifesto de Fundação continua válida. Sendo assim, O PSDB-Mulher sugere que, como um farol a orientar as discussões durante a preparação para o IV Congresso do partido, seja dada prioridade ao tema “definição dos princípios programáticos”, à luz dos princípios, valores e objetivos estabelecidos na sua certidão de batismo e já consagrados por mais de trinta anos de ges-

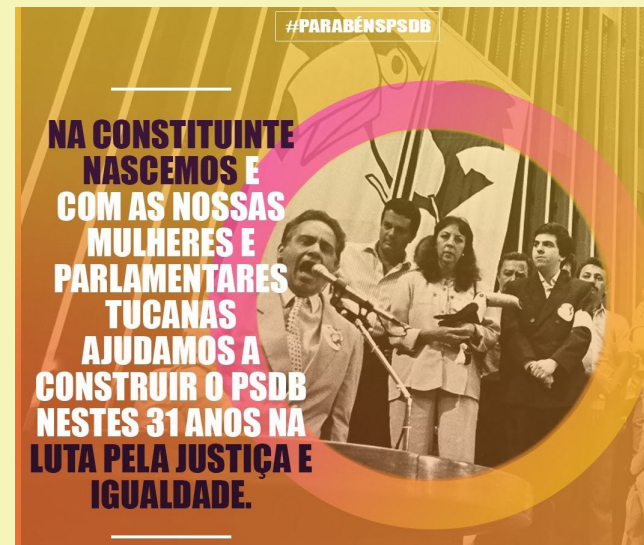
tão exitosa e aprovação por seguidos encontros a nível nacional.

Entre os temas sugeridos pelo grupo para compor a pauta de hoje, alguns merecerão mais destaque e poderão ser examinados numa ordem a ser definida segundo consenso. A Executiva Nacional do PSDB Mulher, sob o comando da Presidente Yeda Crusius, se houver por bem, dará seu assentimento para que os temas prioritários sejam examinados na primeira parte das discussões, e também arbitrar a respeito do limite de temas desejável para se estabelecer uma pauta clara e concisa.

Na elaboração dessa pauta, é importante ter em mente que, ao exercer sua função precípua de promover o bem comum, cabe ao Estado garantir, por meio de políticas públicas e de um conjunto de leis, os direitos fundamentais dos cidadãos, como educação, saúde, saneamento básico, moradia digna, segurança, emprego, liberdade de manifestação e associação, ou seja, os direitos fundamentais, inscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. E cabe aos partidos políticos, como pretendentes a ocupar os mais altos postos na hierarquia governamental, explicitar em seus programas a linha de pensamento que vai nortear suas propostas e ações, bem como as medidas que pretende implementar, caso se concretize sua aspiração de governar o país.

O PSDB precisa afrontar essa ineludível realidade. O momento é este. Queremos um partido afirmativo e transparente. Como vimos, pesquisa recente mostrou que a sociedade brasileira amadureceu muito com as agruras destas últimas décadas e rejeita vigorosamente a política do faz de conta, da enganação, da dubiedade, a política que fica em cima do muro. A maioria da população rejeita, também os extremos, e está sequiosa de uma proposta de centro que conduza à ação de seus filiados e eleitos. Enfrentando o desafio, esse será verdadeiramente um NOVO PSDB.

Nesse sentido, é sob esse enfoque que devemos eleger os itens que vão expressar a vontade do PSDB-Mulher no IV Congresso do PSDB. A Secretaria Executiva, reunida em Brasília e em São Paulo, elegeu os 17 seguintes temas, abertos a partir dos 10 temas sugeridos pela Executiva Nacional em outubro. São eles:



1. DIRETRIZES DOUTRINÁRIAS
2. POLÍTICAS PELAS MULHERES, POLÍTICAS PARA AS MULHERES
3. PANORAMA LEGAL NOS TRIBUNAIS
4. CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS E RISCOS DE RETROCESSOS
5. POLÍTICAS SOCIAIS DE SUPERAÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE
6. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
7. EMPREENDEDORISMO, EMPREGO E RENDA
8. FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA
9. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRONEGÓCIO
10. EDUCAÇÃO
11. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
12. MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECONOMIA VERDE
13. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICAS DA PAZ: JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
14. SAÚDE E SANEAMENTO
15. SEGURANÇA PÚBLICA E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
16. REFORMA DE ESTADO E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA
17. REFORMA POLÍTICA: EM DEFESA DO PARLAMENTARISMO



No momento em que o PSDB prepara-se para um Congresso Nacional.

Foto: Acervo PSDB Nacional

Relações Internacionais e Política da Paz: Justiça e Instituições Eficazes

Por **Cecília Otto, Iraê Lucena e Sebastiana Azevedo**
Colaboração: **R.P. Alencar, escritor**

O Brasil sempre elaborou sua política externa levando em conta o interesse de todos os países com os quais mantém relações diplomáticas. A estratégia de estabelecer projetos em comum e criar mecanismos institucionais de parceria decorre do fato de que o nosso país optou por se inserir no mundo por meio de uma perspectiva de desenvolvimento com finalidade pacífica, tanto em seu território quanto nos vários novos territórios temáticos que hoje conformam a geopolítica mundial.

O Brasil não cogitou a possibilidade de guerra com um país vizinho nos últimos 150 anos. A capacidade brasileira de respeitar a soberania de cada país e de resolver diferenças por meio do Direito Internacional, desde então, vinha sendo fonte de grande legitimidade para o exercício da diplomacia. O Brasil auferiu muitos ganhos com isso: tornou-se uma República, aumentou os seus fluxos de comércio, integrou-se à revolução industrial tecnológica e expandiu as suas relações diplomáticas, a ponto de contar com sua presença até mesmo em lugares onde grandes potências militares não alcançam.

Comunidades brasileiras no exterior ajudaram a construir países na África, de escravos brasileiros libertos antes mesmo da abolição, nos países de Língua Portuguesa, no Benim e no Togo. Surgiram novas fontes de amizade e de reconhecimento de nossa cultura também na Itália, na Alemanha e no Japão, em decorrência dos novos vínculos pela migração. E nos Estados Unidos, Canadá e em demais países da Europa, inclusive em Portugal, o Brasil também se tornou mais presente, com o aumento da capacidade das famílias de se inserir produtivamente em grandes cidades. Isso contribuiu para internacionalizar a presença do Brasil não apenas por meio de sua política externa, mas também por meio do fluxo e da presença efetiva de seus cidadãos, de maneira similar aos países desenvolvidos.

Recentemente, as tendências mundiais demonstraram um grande risco, apesar do



Cecília Otto -
Coordenadora
da Região Norte
do PSDB-Mulher
Nacional



Iraê Lucena -
Foi deputada
estadual da Pa-
raíba por quatro
mandatos e atu-
almente é Co-
ordenadora da
Região Nordeste
do PSDB-Mulher
Nacional



**Sebastiana
Azevedo** -
Coordenadora da
Região Sudeste
do PSDB-Mulher
Nacional

fim da Guerra Fria: o de que a competição entre Estados Unidos e Rússia prosseguisse sob novas modalidades, incluindo novas potências, com a criação da União Europeia e a emergência da China. Ficou evidente o risco de que as fricções entre essas potências viariam a produzir guerras em arenas diversas, considerando sobretudo o desenvolvimento tecnológico de novas armas: grupos extremistas, bioterrorismo, armas geotérmicas, o deslocamento de populações civis, o controle de dados e o ecoterrorismo. A ONU passou a servir de organização para prevenir guerras mundiais, mas na prática expulsou essa possibilidade apenas dos territórios das grandes potências, postulando fórmulas que têm se demonstrado ineficazes na atual estrutura, apesar de contar com excelentes lideranças. Brasil e Israel, embora muito proativos na ONU, enfrentam dificuldades similares.

Para se defender desse novo risco, o Brasil vinha investindo em ganhar espaço multilateral, em que nossa diplomacia é forte, e efetivamente logrou êxito: obteve a direção de algumas organizações internacionais, mas não vem conseguindo fazer uso dessa alavanca política. Buscou também estabelecer um círculo de proteção e de amizade no continente latino-americano, a fim de que não se tornasse, como vimos no Oriente Médio, uma região marcada por conflitos artificialmente produzidos, ou uma zona de competição predatória entre os povos. Buscava-se em nosso continente salientar as diferenças e a diversidade cultural como uma virtude a

ser preservada, e proteger espaços que eram fontes de consenso político; um continente aberto a apoiar e receber refugiados, capaz de conduzir uma política humanitária.

Esse equilíbrio no qual o Brasil desempenhava um papel relevante se viu completamente perturbado por algumas razões. Entre elas, o fato de que os espaços regionais de consenso não incorporaram a diversidade ideológica de correntes conservadoras e liberais. Excluídos de frágil representação, esses grupos buscaram apoiar-se em novas estruturas, provisoriamente criadas para garantir a alternância democrática, a qual os espaços de consenso regionais deveriam ter produzido. Essas correntes conservadoras investiram seus esforços em acirramento de uma polarização ideológica e na imposição de um modelo capitalista único, como se não fosse possível encontrar várias fórmulas diferentes de economias de mercado, ou como se não existisse, entre opiniões opostas e crenças diversas, um mínimo denominador comum.

Em segundo lugar, esse círculo de defesa regional foi suprimido porque a competição entre potências mundiais continua sendo desordenada e produzindo fenômenos de grande estresse para as nações. Sob circunstâncias de especulação financeira e de exigências externas ao comércio, novas armas e um judicialismo de massa vêm causando o deslocamento de populações civis e, por vezes, desconstruindo a realidade de países inteiros em várias partes do mun-



Um bom exemplo de sucesso é o Projeto "Pacto Pelotas pela Paz" da prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas (PSDB), que conseguiu garantir uma série de avanços nesta região do Rio Grande do Sul, em prol da segurança pública e do bem estar social. Foto: Ascom PSDB-Mulher

do. Isso tem forçado em nosso continente a aglomeração política de matriz socialista sob coalizões veladas, algumas delas ancoradas na violência e tolerando, para sobrevivência, a corrupção.

Regulamentar as relações internacionais e resgatar a primazia do Direito, recolhendo-o à sua esfera original, jurídica, tem sido um processo ineficiente, mas necessário. Isso não significa criar novas instituições além das existentes; mas fortalecer coalizões e redes eficazes, com a finalidade de restaurar os princípios e valores da Política Externa Brasileira, produzindo contrapesos a quem busque enfocar ganhos no conflito internacional.

Os relatórios de planejamento dos países de maiores arsenais militares, hoje, incentivam a imprevisibilidade; porque as grandes potências dispõem de instrumentos e equipamentos suficientes para proteger-se dessas interferências e são capazes de produzir retaliações desproporcionais. Contudo, a maior parte dos demais países do mundo ainda não consegue reagir de uma forma planejada a iniciativas que visam acirrar embates.

O Brasil precisa voltar a pensar e refletir estrategicamente em nome de si mesmo, e não com a finalidade de preservação do ego ou da imagem de lideranças políticas. O Itamaraty, principal órgão brasileiro para implementar a Política Externa, é capaz, com sua inteligência, de agir em nome do interesse de um Estado, e não de um líder; de perseverar no dever de busca da estabilidade do Governo, mas também projetar visões de futuro compatíveis com o sonho dos brasileiros. O povo brasileiro quer ser cidadão de um mundo desenvolvido, não porque derrubou um inimigo, ou porque um Clube de Países Ricos venha por isso conceder um selo: e sim por ter conseguido, por mérito próprio, alcançar um patamar de vida mais digno, crescendo com solidariedade e respeito a todos os povos. Não são necessários símbolos, mas consensos. É preciso que o Brasil volte a construir a paz.

E para que o Brasil volte a promover a paz é necessário, dentre outras questões,

a igualdade de gênero como fator essencial para gerar uma cultura de direitos humanos, paz e cidadania. Sabedores que a Organização das Nações Unidas tem como um de seus principais valores a promoção cultura de paz não podemos deixar de citá-la em nossa temática. O trabalho da ONU pela paz não se limita apenas na resolução de conflitos internacionais, uma vez que a organização, também, promove políticas e ações que colaboram para o desenvolvimento social, cultural, político e econômico, com destaque para a igualdade de gênero. Em seu objetivo número cinco da Agenda 2030 que trata do tema, cita: "A igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental, mas a base necessária para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável."

No conceito de cultura de paz da ONU, a garantia da igualdade entre mulheres e homens envolve a paridade nas decisões econômicas, políticas e sociais, a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e o apoio a mulheres vítimas de qualquer tipo de violência. É preciso firmar a cultura de paz na sociedade desde sua base elementar, formadora dos princípios éticos e morais, e promover o desarmamento da população, que muito poderá ajudar no combate à violência doméstica.



Reforma Política: Em Defesa do Parlamentarismo

Luzia Coppi e Lêda Tâmega

Adotar o parlamentarismo como sistema de governo é um compromisso programático do PSDB, firmado no "Manifesto ao povo brasileiro" e definido em suas "Diretrizes Básicas".

Sabe-se que os objetivos, tanto do presidencialismo quanto do parlamentarismo são os mesmos, quais sejam, garantir a governabilidade e a segurança do Estado e dos cidadãos, mas, a concentração do poder presente no presidencialismo, torna-o um regime de decisões a portas fechadas, de conchavos, um ambiente propício ao fisiologismo e à corrupção.

Destituir o chefe de governo, seja por responsabilidade fiscal ou crime eleitoral - via impeachment - gera uma crise que pode durar meses, tornando-se seriamente traumática para o país. O parlamentarismo tem mais flexibilidade para resolver situações similares.

No Brasil, o presidencialismo tem provocado frequentes crises. Tivemos dois impeachments desde a reabertura do processo democrático, quando terminou a ditadura militar. Isso mostra a instabilidade do sistema presidencialista. O parlamentarismo fortalece os partidos e assegura ao legislativo participação responsável nas grandes decisões nacionais. Permite mudanças de governo sem provocar crises institucionais, uma solução rápida e menos traumática em situações turbulentas, ao acionar-se a moção de censura para fazer a troca de governo. Por outro lado, o risco de envolvimento com corrupção é menor, já que a permanência do chefe de governo depende dos parlamentares.



Lêda Tâmega - consultora política do Secretariado Nacional do PSDB-Mulher.



Luzia Coppi - Ex-Prefeita de Camboriú (SC) por dois mandatos e atualmente é Consultora Jurídica do PSDB-Mulher Nacional

“ **O custo da governabilidade é muito alto e a gestão presidencial fica refém de negociar exigências dos partidos para obter vantagens** ”

Fernando Schuler, cientista político do Insper

O Brasil está vivendo um de seus momentos mais frágeis e preocupantes no tocante a gestão da coisa pública, um período de grandes incertezas no plano político, e o sistema de governo é um dos fatores de insegurança institucional dada a instabilidade comportamental do chefe do governo, mesmo se suas intenções declaradas e reiteradas sejam promover o bem do Brasil e de seus cidadãos. Se estivéssemos sob a égide do parlamentarismo, seria acionado o voto de desconfiança (moção de censura) e ao mandatário caberia pedir renúncia ou dissolver o parlamento e convocar novas eleições gerais.

O cenário conturbado que se desenrola num crescendo diante dos olhos dos brasileiros, envolvendo os três poderes da República, faz temer a formação de incontornáveis tensões prontas a explodir. Dificilmente, como sói acontecer, o presidencialismo dará conta do recado. É tempo de se relançar a discussão da mudança de sistema de governo. Mas, para adotar o parlamentarismo, o Brasil precisa fazer uma profunda reforma política e a reforma eleitoral, com adoção do voto distrital misto, a redução do número de partidos políticos para evitar a infidelidade partidária e conscientização da população sobre o poder dos deputados e senadores no novo sistema

Nesse sentido, o PSDB Mulher, propõe uma reforma política em que a mudança do sistema de governo, com a adoção do parlamentarismo, seja tratada com prioridade, abrindo-se a possibilidade de um novo momento para o país, favorecendo o enraizamento dos partidos e aumentando o poder da sociedade de controlar os seus representantes. Ao separar as funções de chefe de Estado e chefe de Governo e fazer da chefia do governo a representação direta da maioria

**“O novo partido nasce longe das benesses oficiais mas perto do pulsar das ruas, tendo como princípios e objetivos:
- Defender a democracia contra qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias;
- Adotar o parlamentarismo como sistema de governo; [...]”**

(Manifesto ao Povo Brasileiro)

do Parlamento, o parlamentarismo significaria imediatamente o reforço do Poder Legislativo, a principal expressão do poder popular numa democracia representativa.

Ao incrementar significativamente a responsabilidade política dos governantes (e da oposição), o parlamentarismo se torna uma garantia contra o populismo e a corrupção. Ao transformar os partidos no principal agente do debate e da tomada de decisões, trabalha a um só tempo no sentido do adensamento da Federação e da verdadeira nacionalização da política brasileira.

“ **O parlamentarismo não é uma panaceia que resolva todos os problemas do país, mas é uma regra de jogo mais civilizada e mais democrática** ”

Franco Montoro

O PSDB-Mulher está convicto de que este é o momento de se trazer novamente ao debate político nacional a adoção do parlamentarismo e propõe que a mudança do sistema de governo seja incluída como uma das pautas prioritárias a ser examinadas pelo IV Congresso Nacional, que terá lugar no próximo dia 7 de dezembro, e que essa bandeira volte a ser um compromisso programático do PSDB, em cuja defesa deverão se empenhar todos os segmentos do nosso partido, buscando convencer a maioria dos eleitores de que o parlamentarismo é o melhor caminho para aplainar

as turbulências provocadas pelo ambiente de polarização, que divide os brasileiros e impede que o país avance, rumo crescimento sustentável e à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.



A senadora Mara Gabrilli (SP) em discurso no Congresso Nacional. Foto: Alexssandro Loyola/Ascom PSDB na Câmara.



Bancada do PSDB-Mulher na Câmara dos Deputados: Edna Henrique (PB), Mara Rocha (AC), Bia Cavassa (MS), Tereza Nelma (AL), Rose Modesto (MS) e Mariana Carvalho (RO). Foto: Alexssandro Loyola.

Saúde da Mulher

Edna Martins - presidente do PSDB-Mulher de São Paulo e 2ª Vice-presidente do PSDB-Mulher Nacional



A trajetória do movimento das mulheres traz constitutivamente alguns compromissos históricos, entre eles: autonomia das mulheres em todas as dimensões de sua vida, busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, respeito à diversidade, combate à todas as formas de discriminação, caráter laico do Estado, universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado, participação no processo de constituição de políticas públicas e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

Conforme o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que é resultado das conferências municipais, estaduais e nacional, elaborado para 2013-2015:

"A transversalidade das políticas de gênero constitui uma nova estratégia para o desenvolvi-

mento democrático como processo estruturado em função da inclusão sociopolítica das diferenças tanto no âmbito privado como público; sendo também, e sobretudo, necessária nos espaços de relação de poder e de construção da cidadania.

Por meio da gestão da transversalidade é possível a reorganização de todas as políticas públicas e das instituições para incorporar a perspectiva de gênero, de modo que a ação do Estado como um todo seja a base política para as mulheres. Na elaboração de todas políticas públicas em todas as suas fases, deve ser perguntado: como é possível contribuir para sedimentar a igualdade de gênero?" (PNPMA, 2013-2015)

Em nenhuma outra área isso é mais verdadeiro que na Saúde. Nesta área o acúmulo das lutas das mulheres está expresso num Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher



A trajetória da mulher, especialmente na política, traz compromissos e responsabilidades. Foram questões como essa que as tucanas trataram durante o Seminário de Capacitação do PSDB-Mulher em outubro/19. Foto: Júnior Sá



Como é possível contribuir para sedimentar a igualdade de gênero? Questões debatidas no Seminário de Capacitação do PSDB-Mulher em outubro/19. Foto: Júnior Sá

que visa garantir o acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção e assistência à saúde integral da mulher.

Ainda restritas às demandas relativas à gravidez e ao parto no Brasil, a saúde da mulher foi incorporada às políticas nacionais de saúde nas primeiras décadas do século XX.

"Os programas materno-infantis, elaborados nas décadas de 30, 50 e 70, traduziam uma visão restrita sobre a mulher, baseada em sua especificidade biológica e no seu papel social de mãe e doméstica, responsável pela criação, pela educação e pelo cuidado com a saúde dos filhos e demais familiares. Há análises que demonstram que esses programas preconizavam as ações materno-infantis como estratégia de proteção aos grupos de risco e em situação de maior vulnerabilidade, como era o caso das crianças e gestantes." (PNAISM, pag.15)

As mulheres organizadas questionaram a visão restrita da saúde da mulher e argumentavam "que as desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres se traduziam também em problemas de saúde que afetavam particularmente a população feminina". (PNAISM, pag.15)

Tal perspectiva ganhou campo por meio da observação científica. Posteriormente, a literatura vem demonstrar que determinados comportamentos, tanto dos homens quanto das mulheres, baseados nos padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade, são produtores de sofrimento, adoecimento e morte (OPAS, 2000).

Portanto, hoje a ideia de uma política nacional transversal dialoga com a diversidade de papéis desenvolvidos pelas mulheres em nossa realidade.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher deve "promover a melhoria das condições de vida e garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo território brasileiro. Além de contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos da vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie."

Bibliografia

Relações Internacionais e Política da Paz: Justiça e Instituições Eficazes

ANTONIO, Walter; NETO, Desider [et al.] (Org.). Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. Brasília: Ipea : Funag, 2018.

LAFER, Celso. Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação. Brasília: FUNAG, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/kst27 Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: PNPMA, (2013-2015)

VÁRIOS. Fabricantes de armas de guerra. IN. Gazeta do Povo. <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/mundo/fabricantes-de-armas-de-guerra/> - acesso: outubro de 2019. <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/> Acesso: outubro de 2019.

VÁRIOS. Maiores exportadores de armamentos do mundo. IN. Portal Sputniknews. <https://br.sputniknews.com/mundo/201702207719714-maiores-exportadores-de-armamentos-do-mundo/> Acesso: outubro de 2019.

VÁRIOS. Os 10 países que mais compram armas pesadas e de quem. IN. Revista Exame. <https://exame.abril.com.br/economia/os-10-paises-que-mais-compram-armas-pesadas-e-de-quem/> Acesso: outubro de 2019.

VÁRIOS. EUA abrem vantagem sobre Rússia no mercado global de armas de guerra. IN. Gazeta do Povo. <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/eua-abrem-vantagem-sobre-russia-no-mercado-global-de-armas-de-guerra/> Acesso: outubro de 2019.

Reforma Política: Em defesa do Parlamentarismo

KRUG, Carla Rosana. Bacharel em Ciência Política – UNIVALI/SC, 2001; Especialista em Gestão Pública – FURB/SC, 2011; Vice Presidente da Diversidade Tucana/SC.

Saúde da Mulher

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: PNPMA, (2013-2015) Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher



psdb.org.br/mulher



@PSDBMULHER45



@psdbmulhernacional45



@PSDBMULHER45



PSDB-Mulher Nacional